Exm.º Senhor
Presidente da FPCUB
José Manuel Caetano,

Em resposta a carta que recebemos da FPCUB por e-mail em 2011.04.13, compete-nos responder que genericamente concordamos com as medidas propostas no v/ documento de resposta ao inquérito sobre o Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e outros Modos Suaves enviado ao IMTT em Dezembro de 2010.

De um modo mais particular consideramos que as seguintes medidas por vós avançadas, enquadram-se com o Manifesto Eleitoral do CDS, nomeadamente no ponto **44. Rever a orgânica e os instrumentos para uma política ambiental sustentável** (ver p. 41 do Manifesto):

1.1. Promoção da mobilidade sustentável através do uso dos modos suaves -transporte de bicicleta e andar a pé;

1.2. Alteração do código da estrada, para melhor adequar-se ao crescente uso da bicicleta na rede rodoviária e ao estatuto do peão na via pública;

1.3. Articulação da componente de mobilidade sustentável (em especial os modos suaves – bicicleta e pedestre) nos instrumentos de ordenamento do território, política energética e ambiente.

Em anexo, envio o Programa detalhado para o Ambiente e Ordenamento do Território, onde poderá encontrar estas medidas e outros desenvolvimentos do que consta do Manifesto Eleitoral.

No que respeita as respostas que a FPCUB enviou ao inquérito do IMTT, o CDS pretende dar seguimento aos seguintes, por estes encontrarem-se integrados na visão política que o CDS defende para Portugal:
a) Realizar o Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e outros Modos Suaves de modo mais coerente e integrado do que tem sido a política do governo PS até à data. O CDS pretende articular o Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e outros Modos Suaves na sua política ambiental de modo articulado com as componentes de ordenamento do território e cidades, as políticas nacionais de transportes e mobilidade, energia, saúde, educação, segurança, e economia (p.ex. promoção da produção nacional);

b) Alterar do Código da Estrada reforçando direitos de ciclistas e peões;

c) Promover o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis, mais humanizadas e menos dependentes do automóvel particular através de medidas de ordenamento do território a serem estudadas em articulação com os municípios e integradas em diversos aspectos das propostas políticas do CDS.

De modo mais específico, em relação ao Manifesto Eleitoral do CDS podemos salientar algumas medidas imediatas que vão ao encontro de uma política de mobilidade mais sustentável para o país, nomeadamente as seguintes:

4. Adiar o Novo Aeroporto (p.5)
"aproveitar ao máximo as verbas já gastas na modernização da Portela e estudar a viabilidade do modelo Portela+1."

-Esta opção visa aproveitar a centralidade do aeroporto existente na Portela, actualmente servida por várias carreiras de autocarros locais e regionais, uma estação do Metro de Lisboa que deverá estar operacional a partir do próximo ano, o aproveitamento da rede rodoviária existente (A1, Segunda Circular, diversas avenidas), e da menor distância entre o aeroporto e a restante área metropolitana de Lisboa e as principais zonas turísticas da cidade e arredores (Parque das Nações, Centro, Belém, Estoril, Cascais e Sintra);
-A possibilidade do aeroporto +1 defendida pelo CDS para Lisboa deverá integrar voos *low-cost* e *charter* aproveitando infra-estruturas existentes, como o aeroporto de Alverca, por exemplo, que já está equipado com pista e *taxiways* adequados a todos os tipos de aviões. No que respeita à mobilidade sustentável esta infra-estrutura já é servida por uma estação ferroviária da linha do Norte e de Sintra, com 4 linhas integrando comboios suburbanos, regionais e nacionais, bem como carreiras de autocarro, duas auto-estradas (A1 e A9) e uma estrada nacional (EN10) com ligações directas à Portela, centro de Lisboa, e as restantes zonas turísticas da região.
-Esta opção visa reduzir investimentos em obras dispendiosas, bem como reduzir os consumos de combustível necessários para chegar ao aeroporto (Portela fica a 7kms do centro de Lisboa, Alverca a 24km, o Aeroporto previsto em Alcochete a 60kms).
-Esta opção ainda permitirá uma ligação ciclável paralela ao Rio Tejo considerando uma extensão da ciclovia existente entre Vila Franca de Xira e Alhandra, e outra existente mas mais rústica através do Caminho do Tejo (Lisboa – Fátima).

12. Obras públicas na tutela do Ministério das Finanças (p.9)

"Permanecem, evidentemente, no Ministério do Ambiente, das cidades e do Ordenamento do Território, as competências relativas, por exemplo, aos transportes e à mobilidade urbana."

44. Rever a orgânica e os instrumentos para uma política ambiental sustentável (p.41)

"É penoso constatar que, em matéria de políticas ambientais, dos compromissos eleitoralistas do PS e de algumas boas intenções, muito pouco foi concretizado. A gestão do ambiente e do ordenamento do território implica, por um lado, responsabilidade inter-geracional e, por outro, a noção de que cabe aos governos definir o caminho no sentido de uma economia mais sustentável com menor pressão sobre o capital natural e mais eficiente na utilização dos recursos. Nesse sentido, o CDS propõe que sejam adequadas e repensadas as estruturas e a orgânica de tutela do sector, que seja reavaliada a eficácia e a actualidade dos instrumentos de política ambiental, de modo a garantir o desejado nível de protecção e valorização dos recursos ambientais, com o pressuposto de que a sua correcta gestão passa por internalizar esses recursos nos critérios de decisão e actividades económicas necessários e relevantes para o desenvolvimento nacional."

Esperamos que o Manifesto Eleitoral do CDS e as políticas que pretendemos prosseguir vão ao encontro das pretensões da FPCUB, tão importantes para a promoção de hábitos saudáveis e sustentáveis, economicamente e ambientalmente.

Encontramo-nos desde já ao vosso inteiro dispor para incluir o vosso parecer num programa mais amplo e pormenorizado para a promoção da mobilidade ciclável e pedonal, no sentido de encontrar as medidas mais acertadas e enquadradas na visão que propomos para Portugal, agradecendo desde já a consulta por vós efectuada.
Sem outro assunto, despeço-me com os melhores cumprimentos,

João Pinho de Almeida
Deputado do CDS-PP, eleito pelo Porto